
TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM FILOSÓFICA*

Laetus Mario Veit* *

A. O TRABALHO NO CONTEXTO DA PRÁXIS

A nova Lei 7.044/82 dispõe sobre normas a serem observadas no ensino de 1º e 2º graus. Ela revoga uma disposição legal anterior, Lei 5.692/71, para a qual o ensino do 2º grau devia ser eminentemente profissionalizante, razão pela qual nunca encontrou um real consenso e foi criticada por muitos e constantemente. Mas não sempre a crítica se mostrou pertinente, capaz de identificar o aspecto pernicioso e em boa medida deseducativo.

A insistência no trabalho em momento e lugar inadequado pode traduzir não apenas uma inadvertência, mas a visão positivamente deformada do homem, por limitar o imperativo de auto-desdobramento da vida a um de seus modos, o que vem obscurecer o sentido da educação.

Hoje a nova lei propõe outro objetivo: a “preparação para o trabalho”. Com isso se oferece o ensejo de abordar o tema «educação e trabalho» de um ponto de vista filosófico, tentando localizar com mais precisão o fenômeno «trabalho» dentro da dinâmica da vida humana, cuja promoção é o objetivo maior de todo e qualquer empreendimento educativo.

Distorções históricas

A educação sempre foi e sempre será «preparação para o trabalho». Por que então uma lei para ordenar o que necessariamente já sempre ocorre? Acontece que não é tão fácil constatar onde e quando ocorre educação, quando educamos ou quando deformamos. Não sempre se identificou explicitamente a essencial orientação da educação à preparação para o trabalho. O Conselheiro Paulo Nathanael, em seu estudo sobre a nova lei, historia a dicotomia no ensino

*Conferência proferida na Jornada de Estudos sobre Preparação para o Trabalho no Ensino de 1º e 2º Graus, Porto Alegre, Conselho Estadual de Educação, 16 a 17 de junho de 1983.

** Doutor pela Universidade Gregoriana, Roma, e pela Universidade de Louvain, Bélgica; Professor do Departamento de Estudos Básicos da Faculdade de Educação da UFRGS.

brasileiro entre estudo, educação acadêmica e trabalho. Navega-se em meio a muitos equívocos, separando educação do trabalho, relacionando por outro lado educação com estudo, com erudição histórica ou formação literária, para depois opor formação humanística, ou o Humanismo sem mais, à Técnica para, neste oscilar sem maior determinação ou clareza, chegarmos ao outro extremo, o duma escola que parece sacrificar demais a um muito duvidoso ideal de eficácia, de produtividade e abundância, prescrevendo a profissionalização obrigatória do ensino do 2º. grau (cf. Parecer 108/83 e Parecer 170/83 de 4 de abril de 1983 de Paulo Nathanael P. de Souza, ambos do C.F.E.). Paulo Nathanael com muita pertinência caracteriza o espírito economicista da lei abrogada, aponta sua inspiração na teoria do «capital humano» e a limitadora relação com a empresa, sujeitando ou reduzindo o ideal educativo a duvidosas medidas tecnocráticas em função duma idéia de desenvolvimento perfeitamente contestável. Paulo Nathanael já apresenta em seu estudo um novo enfoque positivo ao lado destas observações críticas.

O novo objetivo

Em consonância com os pareceres e estudos oficiais, fica claro que não mais se exige a vinculação obrigatória da educação do 1º. e 2º. graus com uma qualificação técnica para o trabalho. O que agora se visa é «preparar para o trabalho». Há pois uma nova visão das coisas, um novo objetivo. Segundo Paulo Nathanael, o trabalho para o qual se deve preparar se define como «a capacidade de atuar sobre o meio ambiente, transformando-o em seu proveito, pondo-o a seu serviço e assegurando a possibilidade de uma adequada adaptação da vida às condições do cosmos», e continua precisando que, «antes de educar para um trabalho, é preciso educar para o trabalho concedendo ao aluno uma sólida, lúcida e ampla formação de princípios científicos e tecnológicos que regem o mundo da produção e do consumo». Neste sentido a preparação para o trabalho vem a ser parte da formação integral do aluno. É que a Filosofia levanta a questão do lugar e da significação do trabalho no projeto educativo.

trabalho no contexto humano

Que é educação — que é trabalho — que é o homem? São três questões que se entrelaçam numa sintaxe única e essencial. Os três momentos são estritamente contemporâneos. Eles subsistem na unidade do fenômeno. Onde existe um, existem os outros dois.

Importa acrescentar logo que o trabalho não define e não esgota a condição humana. Há outros momentos e sem estes outros também não existe o mundo humano. Existe, por exemplo, a comunicação, a expressão, o conhecimento, não só a fruição do produto do trabalho, mas a fruição da verdade, do outro no convívio. Sem estes momentos também não há mundo humano, não há trabalho

e, na medida em que os momentos essenciais da vida se tornam duvidosos, a própria atividade transformadora do homem, o trabalho, se degrada em outras formas. Em resumo, o trabalho é compreendido a partir da totalidade da estrutura essencial do ser humano, porque este não é uma justaposição de ordens mas a unidade profunda de um vida — no mundo — com os outros, em que tudo está integrado na unidade de um projeto que o define. Foi a percepção deste princípio que tornou insustentável um enfoque educacional que sufocava a vida humana emergente de jovens na estreiteza dum «saber fazer» antecipadamente adquirido e paralisante a longo prazo.

Qual é pois o trabalho que a vida realiza e no qual ela se realiza, o trabalho para o qual certamente toda educação deverá preparar?

A idéia de trabalho não é nada unívoca. Esta não univocidade do termo está a indicar o universo complexo no qual ele está inserido, universo que o condiciona, o torna possível e lhe dá sentido.

As várias significações que passaremos a referir não serão justapostas, mas todas elas irão iluminar o trabalho na acepção mais usual e quotidiana, que ainda será precisada.

I — O «trabalho» originário

Quer-nos parecer que todo trabalho deve ser definido e compreendido como um modo peculiar de a vida humana se desdobrar, se realizar, se afirmar ao objetivar-se em um mundo, inscrevendo em configurações sensíveis sua intencionalidade tanto teórica quanto prática e afetiva. Esta vida assume a dignidade de consciência de subjetividade, ao ser consciente de algo, ao ser sujeito frente a um objeto. Mas o mundo, os objetos desta consciência viva são desde sempre também resultados da ação, do comportamento deste ser corporal e espiritual, que inscreve sua razão nos objetos de sua ativa interpretação da natureza. Qualquer objeto que nos diga algo recebe sua significação, seu sentido, dum informação, dum instauração ativa e transformadora originária. Não foi de outro modo que veio a existir a terra enquanto princípio da fertilidade. Foi a vida que se experimentou e se interpretou como fome, que procurou e descobriu o que seria seu alimento, que captou e ativamente conferiu à terra esta sua virtude de alimentar. Por vezes a água nos aparece como se, independente de qualquer uso humano, ela tivesse a propriedade de limpar. Mas entendemos que nunca ela limparia se não existisse o homem para quem há um problema de limpeza. Do mesmo modo, todo mundo sensível não é apenas o resultado dum abrir os olhos, bastando um passivo contemplar. *Num primeiro momento, pois, defrontamo-nos com uma vida que instaura ativamente todo um mundo de significações que se relacionam na unidade de uma ordem abrangente que chamamos mundo.* Esta instauração é como uma informação inaugural, que lança as estruturas elementares de um mundo que já se pode denominar humano porque mundo, e

mundo porque humano. Aqui aparece, desde o começo, o caráter da vida e do mundo: ambos são metafisicamente inseparáveis, inseparáveis também da ação informadora e ordenadora do sujeito humano.

Estamos caracterizando o *trabalho* originário da vida. Essa é a razão por que não frisamos com igual ênfase o outro momento essencial e constitutivo do mundo e de qualquer objeto, o do encontro. O mundo se apresenta por outro lado, como se fosse revelado, encontrado e, ao mesmo tempo, como se fosse constituído pela razão, pela vida. O universo-mundo, qualquer objeto de consciência, é a concreção destes dois momentos. Sem luz não há objeto nenhum e sem objeto que reflita não há luz. Esta é a situação originária. O Homem, sua vida racional, é a luz participando da claridade e da verdade do Ser, que ilumina e faz existir.

Esta *ação da vida* que informa ativamente o domínio do “real”(1) designando-o e instituindo-o como mundo, como cosmos, como o horizonte de todas as ordens, não se pode chamar propriamente de trabalho, mas com o trabalho ela tem em comum certa transformação que é operada, também pela mediação do corpo, das mãos, dos sentidos todos, porque a inteligência humana conhece a partir dos sentidos; e tudo quanto vem a ser objeto deve ter um aspecto sensível por onde nos aparece sua estrutura inteligível, e sua articulação, ordenação e montagem ainda que meramente conceitual. Assim, toda e qualquer significação, ainda que longinquamente, possui sua referência a um momento operativo, o que os termos de “estrutura”, “articulação”, “ordenação” estão a indicar. Em alemão os termos básicos que definem o conhecimento estão relacionados com a mão: “Begriff, begreifen, Auffassung, bezeichnen, erfassen, beweisen, behalten, dafürhalten”. O mundo humano traz nitidamente impresso em sua racionalidade os vestígios da ação racional dum ser corpóreo — o que não deixa de ser um certo trabalho.

De certa forma ainda não atingimos o que comumente se entende por trabalho, já que esta atividade intencional informadora, estruturante do “dado real”, não é ação intencional deliberada e pessoal que supre necessidades e cujo produto é usufruído. Por outro lado, o que acabamos de caracterizar é relacionado com o trabalho enquanto é ação de uma vida que imprime sua racionalidade no real e nele se exprime.

Os dois fundamentos do trabalho

A cultura que nos acolheu é, por sua vez, o resultado de um trabalho do qual nós também não tivemos a iniciativa, mas que nos estruturou e a partir da qual continuamos, por nosso turno, a trabalhar.

(1) Os termos “real”, “dado real”, são colocados entre aspas para indicar que não designam a realidade objetiva a que via de regra se referem, mas denotam princípios transcendentais ontologicamente anteriores à dimensão objetiva e que, com o princípio subjetivo, vem a constituir a realidade mundana propriamente dita, e significativa para nós.

Resumindo, podemos afirmar que nosso trabalho pessoal se ergue a partir de dois fundamentos para sempre já lançados: o mundo, a natureza e sua ordem, fruto de uma ação “in-formadora” da razão humana, ação que desde sempre já antecedeu e transcendeu nossa iniciativa, e a cultura, também, ela uma ordem que nos acolhe e nos desperta para uma experiência que nela se sedimentou e em cuja herança entramos. Estes dois fundamentos nos recebem e formam frutos um e outro de uma ação humana em larga medida instauradora e criadora, embora uma e outra de caráter diferente.

Tanto a “produção” (pro-dução, pro-ducere) da natureza quanto da cultura se inscrevem na praxis da vida, que no produto de sua ação se objetiva e se exprime. A vida humana e seu mundo não é visão, teoria; também não é uma prática resultante dum determinismo cego, mas na origem o olhar também é desejo e o desejo é olhar iluminador, a necessidade fazendo-se criativa e reveladora dos conteúdos e da riqueza que a pode cumular e satisfazer.

Conseqüências

1. *O trabalho pertence à História*

Esta reflexão, como se refere ela ao que nos interessa, a preparação ao trabalho? *É que, a partir destas teses, o trabalho e o homem e a educação recebem um sentido que não mais se pode confundir com nenhum outro.* O homem, como vimos, não é mais parte integrante da natureza mas é seu co-princípio. A natureza não é mais o oposto da vida humana mas igualmente seu co-princípio. O homem não é uma formação híbrida mas a síntese. Com isso a compreensão do trabalho não mais terá por modelo a ação e a expansão da natureza em sua auto-afirmação, que é a tese marxista. Nem buscará seu modelo no trabalho escravo que se define em oposição à produção espiritual. *O trabalho se eleva a um novo conceito a partir da nova ontologia do homem* segundo a qual este imprime à sua ação um caráter, confere-lhe um estilo que só é comparável com seu próprio modo de ser, como o lugar em que o “real” se metamorfoseia numa nova ordem. *Mas o próprio desta nova ordem, a ordem do humano, está em que ela é a que inaugura o horizonte da liberdade,* o domínio do que “pode-vir-a-ser”. Nesta perspectiva se inscreve todo ulterior trabalho como um modo necessário de a liberdade se efetuar.

2. *Humanização da natureza pelo trabalho*

As teses que avançamos ainda engendram outras conseqüências. Não existe entre o homem e a natureza aquela homogeneidade que no marxismo se supõe. O homem assinala uma ruptura, uma transcendência que o situa em outro nível ontológico a partir do qual continua mantendo relação essencial e constitutiva com a natureza, mas já não como parte. Com isso o trabalho humano não mais

pode ser pensado apenas como continuação imediata do desdobramento desta natureza. Mas com o reconhecimento do seu estatuto próprio, de sua liberdade e relação sempre ambígua com o mundo e consigo mesmo, o desdobramento dialético de suas possibilidades no trabalho terá a marca de seu modo de ser. O trabalho será sobretudo humano, participando da dignidade e transcendência do homem frente à natureza; será *mais profundamente comprometido* com a natureza e a facticidade por ser não apenas uma parte dela, mas seu co-princípio. Por outro lado, a própria natureza vem a ser co-princípio do próprio homem e por aqui resgatamos uma tese de Santo Tomás (Suma Teológica, I, q. 75 a 4 co) que na Fenomenologia pós-husserliana volta a ser devidamente apreciada. (No marxismo, posta a tese do materialismo dialético, que vem a ser um certo naturalismo que deve conferir ao trabalho humano o caráter de acontecimento também natural, se torna difícil explicar a dialética, isto é, o movimento pela totalidade, não sendo esta da ordem da subjetividade. Com isso se torna difícil reconhecer a eminente dignidade do trabalho, como a instância dialética da liberdade, da pessoa. A divisão entre marxismo humanista e não humanista aponta na direção dos mesmos problemas).

Com isso o trabalho e o mundo do trabalho participam e entram de cheio no próprio destino temporal do homem e participam tanto de sua finitude e inacabamento quanto de sua infinitude e grandeza. Por esta razão o trabalho está de direito subtraído a toda e qualquer instância, administrativa, teórica ou técnica, que não esteja por inteiro submetida à jurisdição do homem enquanto pessoa e liberdade.

Com o fundamento que foi posto, o trabalho e o homem não poderão vir a ser submetidos ou usados para compor programas ou ordens sociais que, em nome da natureza ou da história, submetem o homem a perfeitamente discutíveis verdades e valores. *Não é evidente que a natureza existe como o fundamento que, através da sociedade, engendra o homem que, por esta razão, deverá submeter-se a uma e outra pelo bem da espécie. Quem existe, como vimos, é o homem e o mundo. Esta colocação inicial é decisiva para todas as ulteriores colocações relativas ao trabalho.*

Desta forma a *liberdade que define o homem, não se situa além do trabalho*, no tempo livre, como se liberdade se opusesse ao trabalho (K. Marx Theorien Über den Mehrwert vol. 3, p. 305 apud Kosik, 1976, p. 188). Esta distinção, que opõe trabalho e liberdade, decorre da tese de que o trabalho é marcado e definido pela necessidade do ser natural que esgotaria a problemática do trabalho, ignorando-se nele a presença de um princípio “espiritual” que por ele liberta a própria natureza e se liberta porque já sempre a transcendeu. O tempo livre é um outro modo de existir da própria liberdade.

II- O trabalho no contexto da vida

Tornamos visíveis os caracteres próprios e essenciais que definem o modo de ser do homem e por aí a natureza do trabalho humano como lugar em

que a vida se efetua. É na perspectiva desta totalidade que o trabalho deve ser visto e interpretado. Convém agora passar a descrever as determinações mais específicas desta efetuação da vida, deste processo total que no trabalho tem um de seus momentos necessários.

O trabalho humano se compreende a partir da práxis que a vida inaugura e na qual se desdobra, na qual desencadeia sua dinâmica própria e abrangente, em cujo contexto se situa o trabalho.

A vida histórica se desdobra produzindo objetos, fazendo surgir domínios inteiros (p. ex., a estrutura elementar da matéria), organizações, sociedades, valores, enfim, todo um mundo que é permanentemente formado e transformado.

As possibilidades da vida humana se atestam na própria indeterminação de seu ser biológico; à universalidade de seu espírito corresponde o poder e a forma universal de suas mãos para suprir à indeterminação tanto biológica quanto espiritual.

Trabalho e dialética

Vencer a finitude de sua condição espaço-temporal em direção à infinitude de suas possibilidades é incumbência do trabalho. Não fosse o homem cingido aos limites de seus 5 sentidos, ao tempo da vida, às exigências do seu corpo para substituir, à representação sensível para pensar, à exigência de configurar em forma estável sua razão nas obras, na objetivação de seu espírito, não fosse ele corpo perpassado pelo espírito e espírito enraizado nos mistérios da facticidade mundana, o trabalho não teria sentido nem poderia existir.

O trabalho se apresenta como um dos modos que perfazem o movimento dialético pelo qual a vida se põe e propõe a si mesma por inteiro. Quem fala em dialética fala em totalidade ao interior da qual as negações e afirmações recebem sentido. O trabalho ocorre no interior do projeto da vida e como momento deste projeto. Resulta da indigência e da necessidade frente às possibilidades do real para nos suprir. Ele é a mediação, o momento de passagem que é negação e afirmação. Pelo trabalho se opera a passagem da natureza para a cultura; da facticidade indeterminada e obscura para a ordem do racional, do universal; da teoria para a prática; se opera a passagem de nosso estado de natureza para integrar efetivamente a vida humana. (Kant, 1966, p. 471; Philonenko, 1966, p. 39, 40-42; Kosik, 1976, p. 180 e seguintes).

Estes pares não representam a totalidade das categorias da praxis, mas explicitam apenas aspectos identificáveis na unidade de um processo que é originariamente como perpassado por uma dialeticidade que é sua própria vida. Poderíamos ainda acrescentar a passagem dialética do passado para o futuro efetuada pelo trabalho no presente. Este último par é abrangente, sendo todos os demais um modo desta universal historicidade. O trabalho se apresenta ao longo de todas estas passagens como o instante fecundo em que a vida se prolonga no

corpo do real, plasmando-o de acordo com sua intencionalidade, usando para tanto as mãos ou a tecnologia e o poder das organizações humanas.

Toda nossa exposição se move permanentemente no sentido de caracterizar o trabalho em toda sua especificidade que, por sua vez, não se compreende e não existe a não ser em oposição e em complementação de uma praxis mais fundamental e mais abrangente. O trabalho, nós o vimos, é o prolongamento, em pares dialéticos, duma praxis originária e transcendental que nele se caracteriza e se traduz.

III - As condições de existência do trabalho

Este trabalho, assim particularizado, nós o podemos mais uma vez analisar e explicitar em quatro instâncias das quais uma vem a ser o trabalho em sentido ainda mais restrito.

Os pares dialéticos são a forma na qual o trabalho exerce sua indiscutível ação educativa, pois eles descrevem os modos pelos quais o trabalho forma e molda o disforme e o apenas possível e por onde prefigura e viabiliza o labor educativo que reconcilia necessidade e liberdade, natureza e espírito etc. Este novo espaço, no qual quatro instâncias compõem uma nova ordem da praxis, nos instrui sobre as *condições de existência* do trabalho. Também este aspecto, as condições de existência, é importante lembrar se quisermos preparar para o trabalho humano numa sociedade humana.

Em sua origem a práxis humana é una (Jaspers, 1958, p. 313. 337), mas as condições que definem a vida as introduzem. Os aspectos significativos que nela descobrimos, como outros tantos momentos essenciais, querem descrever a unidade de sentido da própria vida. A praxis transformadora e produtiva se articula dialeticamente em quatro instâncias: 1) O trabalho em sentido restrito. 2) A praxis organizacional. 3) A ciência. 4) A ação avaliativa e decisória (Jaspers, 1958, p. 328-347). Os quatro momentos formam um todo essencial e a tal ponto solidários que o processo global é afetado como um todo a partir de qualquer uma das instâncias. *A totalidade que nelas se exprime é nada menos que a liberdade a caminho de sua efetuação no regime da finitude e do comprometimento com o mundo e com o outro.*

1. O trabalho

Nesta composição o trabalho é tomado em seu sentido mais restrito e mais próximo da significação intuitiva.

Trabalho vem a ser, neste sentido, a ação transformadora intencional e deliberada da realidade para o uso e a satisfação das necessidades humanas de toda ordem. O órgão típico do trabalho modelo, nós o temos na mão humana que manipula, informa, estrutura um dado qualquer. Este momento, como que exemplar, da mão e do trabalho manual, passou, como já vimos, para a

terminologia que exprime o trabalho mental como “com-preender” (Jaspers, 1958, p. 329). Esta mão que molda se prolonga no instrumento e na ordem tecnológica. Desta transformação resultam os bens, as obras que atestam os pensamentos, os valores, os desejos e esperanças de uma vida que através das mãos se inscreve no concreto.

Esta ação laboriosa se estende analogicamente a outros domínios onde existem necessidades de ordem diversa, onde o dado a ser transformado é, por exemplo, todo um saber ou cultura que nos é oferecida. O resultado de um tal trabalho não será, digamos, uma ponte, mas uma nova idéia que será também algo como ponte para satisfazer a necessidade de comunicação e possibilitar a ação.

Para sua execução o trabalho exige atenção, reflexão, previsão pelo menos mínima. Numa palavra, exige pensamento. Não há trabalho sem esforço contra as resistências de toda ordem. Exige regra, precisão, enfim, requer uma presença atenta (Jaspers, 1958, p. 331 e seguintes).

O trabalho implica em limitação e divisão do trabalho. É imposição tanto das muitas e quase infinitas necessidades quanto de nossa limitação espacio-temporal, afora outras ...

Por vezes o trabalho possui caráter marcadamente pessoal, mas ele sempre será possível porque, em maior ou menor escala, toda sociedade criou os pressupostos e dela o trabalhador recebe tanto a habilidade e a habilitação quanto motivos e valores que o mobilizam (Jaspers, 1958, p. 331).

A “preparação para o trabalho” não pode significar apenas a habilitação próxima ou remota para executar tarefas pois isso implicará em entregar o trabalhador à dependência total dos que organizam e administram, dos que possuem ciência e tecnologia, dos que avaliam e determinam os objetivos e fins reduzindo-o a mero executor.

2 - A organização

Se o trabalho ficar abandonado a si, ele não terá as condições de existência. Sem a organização não há trabalho possível. A mão se organiza frente à natureza com o instrumento que se prolonga na tecnologia (e no sonho da total automação). O trabalhador se articula com outros na organização do trabalho, na ordem profissional, no distrito, no Estado. O trabalho pode estar condicionado por uma ordem mínima de planejamento administrativo, burocrático, como pode estar condicionado por imposições mais e mais abrangentes, mais e mais universais e irrecusáveis, não só de caráter técnico mas também administrativo e político (Jaspers, 1958, p. 334).

A organização afeta o trabalho de dois modos: 1) como condição e fator efetivo do próprio trabalho-processo e trabalho-produto e 2) como veículo de valores.

1) A organização modifica por si mesma o trabalho e seu produto. Isso vale tanto da organização técnica, quanto da organização social do trabalho. A técnica por um lado é produto do trabalho, por outro ela pertence ao modo como o trabalho se organiza. Do mesmo modo a organização social é resultado dum trabalho árduo, mas é também instrumento sem o qual o trabalho não se concretiza. A organização fica deste modo incorporada ao trabalho que sem ela não será eficaz. Na dialética do trabalho, que engendra o instrumento, a organização, e da organização, que engendra o trabalho, temos um exemplo concreto do par dialético prática x teoria. A necessidade produz pela prática do trabalho o instrumento, a tecnologia na qual a razão se objetiva e a vida se universaliza. Mas este aspecto teórico-racional resultante da prática e onde a prática se negou no instrumento disponível, por sua vez, volta a causar uma prática, negando seu caráter abstrato enquanto instrumento, para tornar-se ordem concreta que gera novas necessidades. Neste círculo nos prende a ordem moderna do trabalho. A mesma dialética se verifica na organização social do trabalho. O trabalho organizado em associações livres é outro quando realizado num quadro em que a organização é apenas opressiva (apenas para citar dois casos extremos). Não se compara o produto do trabalho livre com o do trabalho escravo.

2) A organização afeta o trabalho fazendo com que sirva certos valores, se enquadre numa concepção de sociedade ou marxista ou tecnicista — funcional, ou cristã. Também a educação para o trabalho, conforme for interpretada, pode trair uma nítida orientação filosófica na instância da organização.

Destas breves análises, que fazem aparecer a imbricação e mútua dependência das duas instâncias, se pode inferir que a “preparação para o trabalho” terá que incluir a educação para a futura habilitação técnica e para o uso e aplicação da tecnologia como espaço no qual o trabalho é hoje viabilizado (ecologia, televisão), para a capacidade de participar com responsabilidade na organização social do trabalho. *Não se pode, portanto, preparar para o trabalho sem preparar para o mundo no qual o trabalho humano seja possível.*

3 - A ciência

Há um terceiro momento que afeta consideravelmente tanto o trabalho quanto as organizações: a ciência, enquanto elaboração sistemática e metódica das estruturas da realidade (Jaspers, 1958, p. 343 e seguintes), com a intenção de nos dar o poder de a dominar, surpreendida pelo saber em sua secreta ordenação. É a chave da eficácia e do poder da razão. É neste nível da praxis humana que surge a utopia da total transparência das estruturas de todo e qualquer objeto, de onde resultaria o poder total — mas para promover qual valor, nos conduzir a que fim? A Ciência gera a Tecnologia e esta gera a Ciência. O mundo das necessidades gera a Ciência e a Tecnologia e as organizações, mas estas transformam as necessidades. — As comunicações rápidas modificaram o mundo dos negócios. A

mobilidade e as rápidas transformações exigem reciclagens no mundo do trabalho e conseqüentemente estão a reclamar uma formação mais universal e aprofundada e menos especial no 1º e 2º graus.

Na medida em que o trabalho visa a eficácia e o produto, ele tem na ciência moderna seu prolongamento histórico mais adequado.

Ciências — Trabalho — Organização se articulam e se transformam num circuito não simples, não linear, nem apenas circular, mas numa enorme riqueza de combinações e isso acrescido duma permanente e irreversível historicidade. A *“preparação para o trabalho” não pode a preço nenhum descuidar a boa informação científica, contanto que venha acompanhada da educação que habilite a usar a Ciência para os fins humanos, para o homem.*

4- O momento decisório

Mas o trabalho humano é antes e acima de tudo uma ação humana, e como tal, o lugar em que o homem se afirma (Jaspers, 1958, p. 337). Com isso o trabalho entra na órbita do sentido, do valor e da verdade. O trabalho na sua acepção restritiva, definida nesta primeira instância, é acima de tudo um executar hábil. Mas como tal ele limita a compreensão, impede uma visão mais abrangente do mundo ao qual seu resultado serve.

A organização, tanto técnica quanto social política, torna o trabalho possível e eficiente, mas tende a tornar-se totalitária e auto-suficiente.

A ciência prolonga e radicaliza o poder transformador do trabalho e a eficácia da organização, mas como tal é vazia de sentido e pode servir a todos os fins.

Para que a ação transformadora eficaz do homem possa vir a existir e possa vir a existir como humana, ela terá que articular-se com o princípio dinâmico da vida, da vontade, do projeto, e com isso ela está na esfera dos valores, do bem; com isso a ação humana, e conseqüentemente o trabalho, será resultado duma avaliação, terá um caráter judicativo pelo menos implícito e terá maior ou menor índice de verdade.

Esta instância poderíamos elucidar aproximando-a do que ocorre na linguagem. O trabalho é um modo da expressividade e da comunicação humana, como uma linguagem. Toda língua tem um aspecto semântico, pois ela denota e conota algo. Possui ademais uma sintaxe, e uma pragmática. “A language is an intersubjective set of signs vehicles whose usage is determined by semantical, syntactical and pragmatic rules” (Morris, Foundations of the Theory of Signs — International Encyclopedia of Unified Sciences, 1938).

O trabalho elabora o objeto, as unidades significativas, a organização ordena tanto a produção quanto a distribuição do produto, como uma sintaxe. A ciência é tanto um prolongamento semântico quanto uma complexificação sintática. E, como a linguagem, assim o trabalho possui seu momento programático, é habitado por uma vida que é vontade, que se exprime e procura a comunicação,

uma vontade que se afirma, se escolhe, e se define ao criar seu mundo por seu trabalho por uma série ininterrupta de avaliações, de opções.

Também aqui temos momentos afirmativos, dubitativos, condicionais, disjuntivos, etc. Temos os tempos, tempos as regências, as concordâncias. É preciso saber usar, pôr em prática, de modo adequado para o fim visado, a linguagem do trabalho para que seja humano e não um produzir autômato contra o qual o homem cedo ou tarde se irá rebelar gerando a violência.

Como não há semântica separada da sintaxe, nem sintaxe que não se refira a uma possível semântica, assim nem uma nem outra possui um sentido senão forem referidas a ação da vida que por esta ordem se exprime e se comunica. (Granger, 1976, p. 408). Esta práxis é a alma tanto do discurso, quanto do trabalho.

A pragmática, a ação-decisão que atravessa todo universo do trabalho e o anima em última análise, não pode ser reduzida a nenhuma das instâncias anteriores que são, sem dúvida, as condições transcendentais de qualquer trabalho. O que aqui comanda são os objetivos, próximos, mais ou menos remotos, mais ou menos claros, ou ambíguos, mais ou menos universais ou egoístas, mais ou menos a serviço da liberdade e da verdade.

Esta quarta instância ainda abrange tanto os momentos em que o trabalho, a organização e a ciência são submetidos a uma apreciação estratégica e avaliados segundo seu valor mais imediato, quando, por exemplo, aqui e agora, se deve decidir sobre a conveniência de tal ação, para tal objetivo, em tal contexto, quanto os momentos em que todas as metas, todas as avaliações esparsas devem ser colocadas no horizonte do humano, da eticidade, e questionadas em função da vida que todo trabalho deve promover. A quarta instância é a que vê o trabalho como um acontecer da liberdade, que recolhe e supera os momentos dispersos na unidade de uma identidade, que pode ser um grupo, uma classe, um Estado ou uma pessoa.

Daqui, deste momento voluntário, saíram as articulações da praxis, que se desdobrou em trabalho, em organização, em pesquisa teórica. Daqui se originaram todos os impulsos particulares e o impulso de os manter numa ordem convergente e integrada de elaboração e transformação do mundo da vida. Notamos que todo este complexo processo da vida, que se inscreve e se traduz no mundo das obras e do trabalho, existe e vive tanto da certeza e da verdade de suas obras, nas quais se reconhece, quanto da intranquilidade e do descontentamento com suas obras nas quais não mais se reconhece.

Resumindo

Com o que precede localizamos o trabalho no contexto que o define como humano e o torna possível. Como vimos: a) há como que uma praxis inaugural e originária que instaura o cenário mundano como espaço da possibilidade “trans-

formadora” e informadora ulterior no qual a vida se poderá inscrever; b) há um segundo desdobramento da praxis-processo que, em pares dialéticos, descreve um espaço categorial dinâmico. Chamamos este espaço “categorial” porque a natureza se transforma em cultura, o singular concreto se torna universal no objeto significativo e por todos reconhecidos, etc. O trabalho aqui é visto como momento de objetivação e conscientização da vida, como “in-formação” racional.

c) No entanto, tanto a praxis originária. (a) quanto a dialética categorial, (b) vivem das condições reais de existência que são as quatro instâncias (c). Mas esta ordem abrangente que descrevemos ainda é parcial porque enfocamos apenas a praxis da vida enquanto se objetiva na ação “in-formadora” e “trans-formadora” do mundo, visando satisfazer certas necessidades de uso e domínio.

IV - A outra práxis

A vida humana, à qual tudo estamos referindo como a seu centro propulsor, se desdobra ainda numa práxis que não é mais da ordem da transformação manipuladora do trabalho mas da criatividade expressiva.

Na arte há a transformação de elementos materiais e nisso ela é trabalho, mas a um dado momento estes elementos fogem do controle exato para se tornarem apenas um suporte para configurações inéditas nas quais uma harmonia e brilho não mais mensurável se expõe à contemplação: O homem também se define em termos de necessidade da ordem e beleza.

Estamos também no universo do discurso da palavra, do símbolo, do gesto, da expressão, da comunicação. A linguagem nasce com o homem. Ele precisa cantar e proclamar sua vida, num universo que também não é mais trabalho e sim manifestação. O homem é vida que se liberta libertando permanentemente o mundo com a força iluminadora de sua ação. E nada é tanto satisfaz nesta vida quanto a verdade, procurada com pertinácia. Tudo se faz e se pratica, mas ninguém deixa de se proteger com pelo menos a aparência de verdade. A verdade, ao termo de tudo, é o grande bem sob cuja égide todo trabalho, todo esforço humano ainda se quer colocar: *O homem também se define em termos de necessidade da verdade.*

O homem, no prolongamento deste amor à verdade, sabe que tudo está compreendido numa “ordem” sem falha e que ele deve querer conformar seu comportamento, mesmo o mais particular, com o sentido desta “ordem”, e por aí ele é ser ético porque livre. Aqui a práxis não é mais domínio, mas respeito e consentimento para que a “ordem” se mostre, na beleza da obra de arte, na verdade da vida, na força da palavra; para que a verdade aconteça por força do recolhimento e da comunicação; e para que o outro ser humano se encontre na sua identidade encontrando aquele que o afirma e revela a si mesmo.

CONCLUSÃO

Na totalidade abrangente da práxis humana se define o sentido da vida e é neste contexto que o trabalho possui um sentido e sua verdade.

A intenção de tudo quanto expusemos foi a de mostrar a natureza do trabalho, não só em sua estrutura artificialmente separada, mas no conjunto do projeto da vida.

A partir daqui pode tornar-se mais compreensível a inadequação da lei que vem sendo substituída e os progressos constatáveis na nova lei. As leis não podem prescrever o ideal, mas devem ater-se ao possível e não podem impor o ideal ainda inviável. A questão está em definir e fazer o possível.

Para a análise do trabalho também se tornou necessário a sumária indicação das teses antropológicas que lhe conferem sua significação. Estas teses dão a medida da tarefa educativa essencial, pois educação é o modo peculiar segundo o qual a espécie humana assegura a continuidade de sua vida própria.

Este sentido de educação, promover a vida e a sociedade humana sem reducionismos alienantes, não pode em momento nenhum e sob pretexto nenhum ser colocado entre parêntesis. A Educação é fim em si. Por outro lado, não há educação que não seja educação para o trabalho, porque a vida humana não se concretiza sem ele.

Importa não asfixiar o homem, atrelando-o a uma ordem de coisas notoriamente desumanas que ditam as regras de sua auto-afirmação, sugerindo uma idéia de vida que lhe corresponde: produzir e consumir.

Também a ciência e a técnica não possuem em si e separadamente consideradas outro sentido além da eficácia e do domínio sempre mais total, mas não sabem definir para que valor, para que fim. É a utopia da racionalidade.

Contra ela se afirma com igual irrealismo a utopia poética (Ladrière, 1973, p. 212 e seguintes). Esta afirma a vida e suas exigências de felicidade e plenitude, sem disciplina nem inediação.

Entre a afirmação desconsiderada da vida e entre o ideal da racionalização estéril, o trabalho desempenha uma importante função pedagógica. Ele sintetiza os valores da racionalidade na qual se constitui e os valores da vontade afirmativa que quer e necessita consumir seu produto, usufruir o objeto no qual se contempla e se possui de certa forma. No trabalho se supera o fácil desejo niilista de tomar e consumir e se superam as veleidades da fantasia que se frustra no irreal.

Mas como já foi analisado, a verdade do trabalho não se mantém por si só. Ele está exposto a várias distorções e desordens, para não mais educar, para não mais promover a vida humana da sociedade, para se perder na desordem de uma atividade alienada e alienante. O trabalho é um caminho obrigatório e necessário para quantos quiserem concretizar o que lhes é dado ser. Aqui se justifica sua eminente e insubstituível dignidade. Mas ele, como *toda praxis humana, recebe sua verdade e justificação da totalidade da vida à qual se integra para a promover.*

Este princípio deverá comandar toda «preparação para o trabalho» que ao mesmo tempo quiser ser educadora.

B. «PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO» — REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA FILOSÓFICA

Como se operacionaliza a intenção filosófica que atravessa qualquer projeto educativo? Esta preocupação recebe agora uma formulação bem concreta: como nos pode ajudar a filosofia a preparar para o trabalho? Convém aqui lembrar: o filosófico não é um domínio objetivo como o são o psicológico, o sociológico, o intelectual etc. O filosófico, de todos estes domínios que integram a ordem educacional, é a unidade que os integra (através de currículos, conteúdos, programas, ordenações de toda ordem etc.) num universo dinâmico de *sentido*. A filosofia vem ao encontro desta dimensão, vigiando para que um sentido seja preservado e vingue, para que a contradição seja apenas um momento dialético de passagem para a síntese do que se julga o melhor. O sentido a ser preservado é o da *educação, do humano, do trabalho*.

1. «Preparação para o trabalho» não se pode fazer em detrimento de um mínimo de autonomia

O trabalho (e a preparação para o trabalho) é privado de sentido quando for executado separadamente do projeto abrangente da vida. A educação do primeiro e segundo grau deve introduzir num universo cultural no qual se depositou a experiência humana. Ela introduz na prática da vida, tanto em sua abrangência quanto em seus aspectos particulares essenciais: costumes aprovados, língua, saber, habilidades, para que a vida seja capaz de se concretizar no trabalho e no convívio.

A educação do primeiro e segundo grau será deformante se inadequadamente se voltar à preparação do trabalho. Sem os subsídios advindos duma formação geral razoável, o indivíduo não terá um mínimo de liberdade para assumir na sociedade esta ou aquela tarefa, porque foi determinado desde o início a executar tarefas limitadas. Com isso o trabalho deixará de ser o lugar e o modo como a vida se quer interpretar. A nova lei corrige as distorções anteriores mas, *nem por isso, será o trabalho o centro das preocupações educativas*, uma vez que o homem não existe para o trabalho e sim o trabalho para o homem que é seu fim e não seu meio. Até para Marx o trabalho visava a liberdade, o poder de dispor de seu tempo (Kosik, 1976, p. 188 e seguintes).

2. A «Preparação para o trabalho» importa numa tomada de posição filosófica

Quando a preocupação educativa se volta ao trabalho e reconhece sua importância educativa, fá-lo-á sempre a partir de um posicionamento filosófico,

interpretando a significação do trabalho numa perspectiva antropológica já sempre assumida e atuante. Educar é promover um certo homem no qual acreditamos, um certo tipo de sociedade, um certo estilo de convívio. A preparação para o trabalho será função desta antropologia já sempre posta em prática. Desta forma pode ocorrer que introduzimos no projeto educativo certos objetivos explícitos sem advertir que os introduzimos de tal forma a se mostrarem, num segundo momento, incompatíveis com o que até então estávamos procurando. Este é o momento preciso em que uma volta aos fundamentos se faz mister.

Convém clarificar a idéia de educação. É o conceito chave para compreendermos a missão da escola. Educar é essencialmente, e por isso sempre, a promoção de uma totalidade. Em primeiro lugar e em sentido próprio se educa o homem, i. é, se tenta promover o homem «essencial», como totalidade. Chamamos também educação toda ação que visa objetivos mais particulares sempre ordenados ao fim próprio e essencial. Assim, educa-se a inteligência promovendo-a como tal e por inteiro. Mas não há inteligência sem memória e nem por isso já se educa a inteligência treinando apenas um aspecto seu, a memória. Educa-se a vontade levando-a querer o bem de toda e qualquer ordem segundo a hierarquia dos fins. Mas não há vontade sem o suporte do impulso vital biológico e nem por isto basta formar este para já educar aquela. Como não há inteligência sem a memória, assim não há como educar o homem não formando a sua inteligência e vontade. Mas a educação para o trabalho é tão necessário quanto o da inteligência e da vontade porque sem o trabalho não há ser humano, nem por isto já se educa o homem quando o preparamos para o trabalho. O homem é a unidade dialética de uma vida inteligente, volitiva e operante. Como se compõem o universo humano com o trabalho?

Voltemos ao nosso exemplo. Que é a inteligência que queremos educar? Não é ela apenas uma memória para Platão?... Que é a vontade além do impulso biológico vital? Que é o homem além de seu trabalho? Se a memória define a inteligência por que então não educar a memória, através da inteligência? Ou por que não educar o impulso vital através dos valores da vontade? O que vem a ser o primeiro, o essencial na intenção? O que será o último na ordem da consecução? A memória ou a inteligência? O impulso vital ou a vontade? O trabalho ou o homem? O homem determina o trabalho ou o trabalho determina o homem? Já que o objeto próprio de toda e qualquer educação é uma totalidade, que em última análise sempre deve ser a totalidade de ser humano, pergunta-se então como o trabalho pode ser visado para integrar o universo humano em vez de desintegrá-lo? Importa pois situar o trabalho no contexto do humano enquanto tal. Foi o que tentamos fazer dentro duma perspectiva filosófica. O que aqui precede apenas clarifica mais uma vez a prática filosófica.

3. Preparar para um trabalho humano, não desintegrador

Quando então a “preparação para o trabalho” pode vir a ser deseducadora, no sentido em que definimos educação? Quando esta “preparação” desintegra o ser humano e o mundo humano. Pergunta-se então: quando desintegra? Quando, com tal preparação, os jovens forem convocados a continuarem a edificação, por seu trabalho, de um mundo que não é mais humano, porque o trabalho que o edificou já não fora humano.

Hoje identificamos facilmente duas utopias, que são ao mesmo tempo duas ideologias que se disputam a posição hegemônica que garanta o domínio. Ambas interpretam e usam a seu modo o trabalho. Deixarei de lado a utopia marxista para brevemente lembrar a utopia da racionalidade liberal em cujo campo de influência se encontra mais diretamente nosso sistema educacional.

A razão que aqui tem voz e vez é a que serve à intenção e ao desejo da eficácia, do poder, da dominação das coisas (e das pessoas), das instituições, tendo por base o saber teórico que foi buscado com estas intenções e que *traz a marca das intenções* que o foi buscar e tem por alavanca a tecnologia que não é apenas um resultado da ciência mas um fator que a engenha tanto quanto é engendrado por ela. O utópico desta racionalidade está em que ela busca o poder total mas ignora e não sabe justificar a ordem dos fins que deve presidir seu possível uso, ignora a unidade de sentido da qual deveria fazer parte. Abandonado a si, este poder tende a ser cínico, sem outro compromisso além de sua própria afirmação.

“Preparar para o trabalho” pode hoje *muito facilmente* significar continuar sem questionamento esta utopia: o de uma sociedade perfeitamente racionalizada, que vive na abundância, onde o tempo livre aumenta mas onde o sentido (de viver) se torna escasso, onde o encontro é mais raro e a comunicação mais difícil e a verdade se tornou uma fábula.

Esta utopia se transforma em ideologia quando, em seu nome, se define o que no presente e no futuro tem valor, quando se torna norma e critério da legitimidade. *Legítima é a educação pela qual resulta um retorno do capital investido*. O que importa é o acúmulo de bens produzidos, como resposta e única legitimação do investimento. Este deve ser racional e fazer crescer. *Impõe-se uma vigilância* para que a letra da nova lei não desarme os ânimos e para que o espírito que formulou o dispositivo anterior agora abrogado, não continue a avançar disfarçado (“larvatus prodeo”).

Não basta denunciar na lei anterior *o vício de um operacionalismo* inadequado e demais imediatista e sugerir sua substituição por outro de longo prazo que veicula a mesma preocupação e filosofia, *que faz da produção de riquezas e do poder o valor em função do qual o trabalho merece atenção no sistema educacional*. *Estudos e pareceres oficiais não parecem superar muito esta filosofia* e não parecem evitar os escolhos de um pragmatismo alimentado pela utopia da racionalidade tecnicista com a qual o homem não pode verdadeiramente co-existir.

Este avançar disfarçado não é um fenômeno psicológico, muito menos um comportamento individual de alguém, mas é de certa forma parte do próprio destino da razão moderna. Neste destino o trabalho não só se tornou uma necessidade evidente e natural pela qual a vida se afirma e suprê suas necessidades. Isso ele foi sempre. O trabalho, *como hoje se configura* e o conhecemos (organizado, técnico, mais e mais automatizado), *é resultado de um fenômeno histórico que necessita ser compreendido e interpretado e interpelado.*

O trabalho teve que assumir a função de devolver ao homem ocidental as certezas essenciais das quais, ao nível da experiência mundana e cultural, necessitava para certificar-se de sua própria viabilidade e sentido. Foi sobretudo no trabalho de toda ordem que ele se quis certificar de suas certezas e verdades essenciais e de sua identidade. Foi uma profunda crise histórica que gerou nossa modernidade e transformou, muito além das intenções, o mundo do trabalho (a crise da cultura medieval, Humanismo, Renascença, Reforma, Galileo). O poder que exercia no trabalho eficaz lhe devolve a confiança em si mesmo e se tornou o critério da verdade e a verdade científica, o propótipo da verdade.

A vida tende a buscar no trabalho eficaz algo como seu fundamento. A ele incumbe garantir subsistência corporal e a auto-consciência, assegurando a verdade e justificando a certeza do sentido da vida. O trabalho incorporou esta dupla função. Uma se prolongou na tecnologia e a outra se prolongou numa espécie de credo, de fé na verdade suficiente e única do mundo fenomênico. O trabalho resolverá todos os problemas que neste mundo são admitidos como reais, não imaginários e desprezíveis. É o desafio de Prometeu.

Hoje este “etos”, o da produção, do poder, do confronto com o mundo da natureza a ser dominado, mostra sua ambigüidade e seu limite. *Se o homem não souber distribuir, não souber conviver, ele terá justos motivos de duvidar de si mesmo, de seu mundo, da verdade, do sentimento. Este é o novo desafio.*

Compete, pois, ao tempo presente continuar o processo dialético como negação e superação de um estilo de trabalho mais e mais desumanizador nos mais diversos níveis (no indivíduo, na família, no Estado). Por tudo a ordem de produção e de consumo está a gerar uma sensação de impotência e de descontentamento com a ordem que resultou de seu trabalho e que, paradoxalmente, se lhe tornou mais estranha que a própria natureza que ele não criou.

Às autoridades educacionais compete identificar os rumos pouco aparentes mas reais e subterrâneos do mundo do «Espírito» que, se bem o advertimos, nos possui e retém em suas malhas e nos põe a seu serviço. A ordem da modernidade, que não foi por ninguém planejada e não obstante resultou de uma intenção precisa mas latente, é hoje identificável.

A retificação desta ordem não será para amanhã. Na base de sua construção estava uma negação, um descontentamento, uma certeza, uma fé. Pois ela será desconstruída, se o for, por um posicionamento crítico, que é o momento

negativo, produto de uma nova certeza, de uma nova fé. Será que somos homens, assim como nos foi ensinado? Seremos mesmo capazes de distribuir, de conviver como irmãos da família humana? Ou todos pereceremos à míngua de sentido, asfixiados no vácuo? Muito mais necessitamos do outro e do convívio do que de pão. Se isto não for reconhecido e praticado, seremos inviáveis como humanidade.

Sendo a educação o modo peculiar segundo o qual a espécie humana garante a continuidade da vida que lhe é própria, e sendo o trabalho aquilo que vimos, então certamente muito importará aos que estão empenhados nesta tarefa, de todas a mais árdua e difícil, *preparar para o trabalho humano*.

4. “Preparar para o trabalho” no contexto dos valores

Que visa exatamente a “preparação para o trabalho”? Com tal preparação certamente se pretende: 1) Garantir o suprimento das necessidades vitais do povo. As necessidades são em número praticamente infinito e mudam com o tempo. São históricas. 2) Se visa assegurar a continuidade das organizações, do domínio dos meios e da tecnologia, do saber, enfim, todos os recursos necessários para produzir os bens que nos satisfazem. 3) Com isso se julga assegurar a prosperidade e a segurança.

Será preciso *ensinar e inculcar* que a continuação da criação do mundo e da cultura, pelo trabalho é o destino do homem e a passagem obrigatória de acesso *para a honra e dignidade* de que é capaz na qualidade de ser livre.

Mas o trabalho é parte de um todo maior. É um momento da vida. Em vão preparar-se-á para o trabalho se concomitantemente não se ensinar a justiça que é a virtude de conviver, segundo a ordem de nossa essencial interdependência. Sem ela nenhuma abundância será bastante para extinguir a fome no mundo. De um lado crescerá a produção, de outro as necessidades e a miséria. Parece contraditório, mas é a realidade facilmente contestável. “Preparação para o trabalho” *inclui ensinar a ordem imanente* que preside a ação produtiva humana. As necessidades infinitas, comparadas à finitude da própria vida produzem a divisão do trabalho e a necessidade de troca. A lei da troca se chama justiça quando comandada pelo princípio da igualdade, da sociabilidade e da individualidade. Todos participamos do trabalho dos outros. É preciso colaborar na edificação de um mundo para todos, como *o mundo de todos nos engendrou para a vida e para a consciência*. O fruto de nosso trabalho não nos pertence sem mais já que ele é fruto do trabalho de quantos nos precederam. *Este é o novo desafio: o problema da distribuição e do convívio*.

A eminente dignidade do trabalho e a dependência “ontológica” de nosso trabalho, do trabalho dos outros, portanto, a solidariedade no trabalho e pelo trabalho são os dois valores a nortear toda “preparação para o trabalho”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GRANGER, G.G. Syntaxe, Sémantique, Pragmatique. *Revue Internationale de Philosophie*, 30 (117/118) 1976.
2. JASPERS, K. *Von der Wahrheit*. München, Piper Vlg., 1958.
3. KANT, E. *Réflexions sur l'Éducation*. Trad. et introd. par A. Philonenko. Paris, J.Vrin, 1966.
4. KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
5. LADRIERE, J. *Vie sociale et destinée*. Gembloux, Ed. J. Duculot, 1973.
6. MARX, K. *Economia Política e Filosofia*. Rio de Janeiro, Ed. Melso, 1963.
7. PHILONENKO, A. Introduction. In: KANT, E. *Réflexions sur l'Éducation*. Paris, J. Vrin, 1966.

(Recebido para publicação em 24.11.83)